

CONEXIÓN MIGRANTE

La voz del pueblo en movimiento



CULTURA

8ª Edición de la Fiesta de independencia de Bolivia en São Paulo
PÁG. 11

ESPECIAL

Centro de Acogida y Referencia abre sus puertas en São Paulo PÁG. 6 Y 7

OPINIÓN

Es necesario un nuevo paradigma de políticas migratorias en Brasil PÁG. 2



Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante

“EU AMO BOLIVIA”

Memorial da América Latina é palco das festividades de Independência da Bolívia.

Nos dias 09 e 10 de agosto aconteceram as festividades pátrias da Bolívia em São Paulo, dança, folclore e beleza multicolor, foi despregada na praça cívica do memorial, mais de 50,000 pessoas transcorrerão o local contando na cerimonia inaugural com as bem vindas e saudações do Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, a Ministra de Autonomia de Bolivia, Claudia Peña, o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, Rogerio Sotilli, entre outros figuras do governo de ambos países e as organizações de migrantes que fizeram possível com o apoio da Prefeitura de São Paulo, na promoção da Coordenação

de Políticas para Migrantes, este evento seja marcado pela integração sócio cultural da comunidade mais expressiva dos últimos anos na cidade. Recentemente dados das organizações sociais apontam que a comunidade boliviana supera a cifra de 300,000 mil pessoas que vem para a metrópole. Atividades e incentivo a promoção da cultura ancestral da comunidade migrante fazem com que o caminho para uma integração social seja mais curto e contribui para os avanços da luta, contra o pre-conceito, xenofobia e discriminação, e o entendimento e conhecimento das expressões culturais cada vez mais próximos a sociedade brasileira toda.



Denuncie

Situações de trabalho análogo à escravidão podem ser denunciados por ligação gratuita

☎ 0800-770-9242

NACIONAL

Seminario debate sobre mejor implementación del MERCOSUR
PÁG. 9

INTERNACIONAL

Aconteció la 16º Cumbre Social del Mercosur e I Foro inaugural de la UNASUR PÁG. 4 Y 6

ÍNDICE

- Opinión PÁG. 2 e 3
- Internacional PÁG. 4, 5 e 6
- Especial PÁG. 6 e 7
- Nacional PÁG. 9
- Cultura y Acontecimientos PÁG. 10 e 11
- Agenda PÁG. 12

cosmópolis

www.cosmopolis.iri.usp.br

Opini3n

Editorial

É urgente um novo paradigma das leis e polítics migratórias no Brasil

O Centro de Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes/CDHIC, organizaç3o que integra a rede sul-americana Espaço Sem Fronteiras e o Fórum Social Mundial de Migraç3es, vem pautando desde seu surgimento a necessidade de uma mudanç3a nos paradigmas que orientam as leis e os 3rg3os respons3veis pela imigraç3o no Brasil, hoje baseados em um modelo legal herdado do regime ditatorial civil-militar, com ênfase na seguranç3a nacional, controle policial dos imigrantes, diversas restriç3es para a vida civil, além de procedimentos caros e burocratizados. Desta forma, vem a público expor sua opini3o sobre a realizaç3o da Conferência Nacional sobre Migraç3es e Refúgio - COMIGRAR e do Anteprojeto de Lei de Migraç3es e Promoç3o dos Direitos dos Migrantes:

Introduç3o e contexto:

Segundo a ONU, a quantidade de pessoas que deixaram seus países de origem cresceu de 154 milhões em 1990, a 232 milhões em 2014. Estes números demonstram por si só a enorme dimens3o e a import3ncia que possui o tema das migraç3es. O Brasil é hoje reconhecido por sua lideranç3a na Am3rica do Sul. O país foi primeiramente um emissor de migrantes, mas hoje a tend3ncia se reverte: n3o só os expatriados est3o retornando, mas novos fluxos migrat3rios têm como alvo o Brasil, especialmente de países da Am3rica do Sul, Caribe (Haiti), países africanos e recentemente

uma expressiva migraç3o de refugiados sírios e libaneses.

Resgate hist3rico:

Existe um hist3rico de lutas e mobilizaç3es referentes aos direitos dos imigrantes e refugiados no Brasil e temos a certeza de que como resultado dessas reivindicaç3es neste ano se realizou a COMIGRAR, antiga exig3ncia dos movimentos sociais na tem3tica migrat3ria. É importante resgatar momentos anteriores, citando como exemplos como a Lei da Anistia, consulta pública e formulaç3o da “Política Nacional de Imigraç3o e Proteç3o ao Trabalhador Migrante”, pelo Conselho Nacional de Imigraç3o/CNIG em 2010, precedido semin3rio “Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migraç3o para o Trabalho”, que culminou com o documento “Contribuiç3es para a Construç3o de Políticas Públicas Voltadas à Migraç3o para o Trabalho”. Ademais, diversas Portarias e Resoluç3es foram implementadas nos últimos anos a nível nacional, suprimindo lacunas legais. No plano regional, houve a ades3o da maioria dos países da Am3rica do Sul ao Acordo de Livre Tr3nsito e Resid3ncia para Nacionais do Mercosul.

A Comigrar, os novos marcos legais e a afirmaç3o de um paradigma de Direitos Humanos

Ao analisar e debater junto às comunidades migrantes, e organizaç3es da sociedade civil, e defensores dos direitos humanos dos imigrantes o texto do



Anteprojeto de Lei de Migraç3es e Promoç3o dos Direitos dos Migrantes se faz necess3rio registrar muitas crítics desde uma perspectiva construtiva para que os respons3veis da formulaç3o desta lei tenham por bem considerar. O CDHIC defende os processos de diálogos horizontais e para o impulso

da construç3o de uma política migrat3ria baseada nos direitos humanos de tod@s os migrantes e refugiados. Lamenta-se também o pequeno (ou nenhum) interesse por parte do Governo Estadual de São Paulo e outros Estados neste processo e sua omiss3o no período preparat3rio e mobilizador.

Para isso, além das contribuiç3es já formuladas por entidades, é preciso se aprimorar e prever na nova legislaç3o:

- A necessidade de se descentralizar serviços públicos;
- O compromisso e a institucionalidade, com 3rg3os e políticas migrat3rias nos Municípios e Estados da Federaç3o, com repasse de recursos e políticas localizadas;
- A criaç3o de uma Secretaria Nacional de Migraç3o, reivindicaç3o apresentada à Presidenta Dilma por um conjunto de entidades em 2010, com status ministerial e que possa formular e executar políticas e atuar de modo autônomo;
- Ampliaç3o de canais de Ouvidoria, Controle e Participaç3o Social;

Também do acúmulo político da sociedade civil, através de dezenas de audiências públicas, semin3rios e debates, se faz urgente efetivar três instrumentos político-legislativos (todos em andamento) priorit3rios:

- a) Que o Estado Brasileiro aprove em tramite urgente uma nova Lei Federal de Migraç3es, baseada em direitos humanos;
- b) Que o Congresso ratifique a Convenç3o Internacional sobre a Proteç3o dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias;
- c) Que o Congresso, com o apoio do Governo Federal, aprove a alteraç3o na Constituiç3o Federal, por meio de uma PEC que garanta a elegibilidade e direito ao voto aos imigrantes

Centro de Direitos Humanos e Cidadania dos Imigrantes/CDHIC

Instituiç3es comentam, criticam e opinam: o que fica depois da Comigrar?

Terminada a Conferência Nacional de Migraç3es e Refúgio (Comigrar), algumas instituiç3es também expressaram suas opini3es, crítics e preocupaç3es. A mesa de encerramento da conferência foi presidida pelo Secret3rio Nacional



de Justiça, Paulo Abr3o. Um dos temas surgidos foi a ampliaç3o do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre aç3es de Migraç3o e Refúgio (CASC-Migrante) da Secretaria Nacional de Justiça.

“Era uma reivindicaç3o de que os canais de participaç3o e o CASC fossem ampliados e ainda um espaço mais propositivo. Ouvir as associaç3es formadas por migrantes, as associaç3es de defesa dos direitos humanos, e os brasileiros no exterior é o passo número um do governo. E que isso se reflita nas elaboraç3es das políticas para os migrantes”, ana-

lisa Cleyton Borges, destacou também que é necess3rio o envolvimento de outros setores como minist3rios, governos estaduais e municipais: “todos devem assumir compromissos com a causa.”

Uma integrante do Comitê é a professora Bela Feldman Bianco, da Associaç3o Brasileira de Antropologia, que criticou o fato de a Comigrar ter abrigado uma Feira de Boas Práticas Contra o Tráfico de Pessoas. “É importante separar a migraç3o do tráfico. A minha crítica é que muitas vezes se junta isso, inclusive no contexto da Comigrar”. Uma dessas mudanç3as é a revis3o da atual legislaç3o migrat3ria do país, ainda regida pelo Estatuto do Estrangeiro, da época da ditadura militar e carrega a vis3o do imigrante como uma potencial ameaça ao país. “Temos uma lei da ditadura. Para os imigrantes, a ditadura ainda não acabou”, destaca Bela.

Para Paulo Illes, coordenador de políticas para imigrantes da Prefeitura de São

Paulo, a Comigrar foi uma oportunidade para as pessoas se encontrarem, trazer novas ideias e discutir propostas para uma política nacional de migraç3o. “Acho que a partir daqui cabe ao movimento social acompanhar esse processo e de como ele será aplicado”.

Falta de tempo: Por se tratar de um tema complexo e com grande complexidade de atores envolvidos, a falta de tempo para se analisar as propostas foi um dos pontos criticados pelos participantes da Comigrar. Mas mesmo em meio às crítics é destacada a oportunidade de se discutir a quest3o migrat3ria. “É preciso ter mais espaço para debater o tema depois. É um processo que não acaba aqui. A conferência é um processo e gostaríamos muito que ela fosse mais participativa”.

Fonte: Informaç3es do Blog MigraMundo



DENUNCIE

Situaç3es de trabalho an3logo à escravid3o podem ser denunciados por ligaç3o gratuita

☎ 0800-770-9242

O Projeto 0800 continua sendo desenvolvido pelo CDHIC: cujo objetivo é atender e dar encaminhamentos jur3dicos e sociais a relatos de imigrantes de quaisquer nacionalidades, que queiram denunciar situaç3es de discriminaç3o e/ou condiç3es de trabalho an3logas à escravid3o.

Os relatos podem ser feitos via telefone, preservado o anonimato, ou com identificaç3o (a crit3rio do imigrante), ou por meio de atendimento pessoal agendado.

Crianç3as imigrantes visitam exposiç3o art3stica no parque Ibirapuera

Domingo, 17 de agosto a Prefeitura de S3o Paulo, por iniciativa do Gabinete da Primeira Dama, Ana Estela Haddad, com apoio da Coordenaç3o de Pol3ticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, aconteceu no Parque Ibirapuera uma visita das crianç3as

imigrantes à exposiç3o sobre Cultura Maia. Al3m da visita monitora ao acervo art3stico, as crianç3as participaram de um teatro sobre a hist3ria da criaç3o. Muitas delas estiveram no Parque Ibirapuera pela primeira vez. Para o CDHIC esta iniciativa da prefeitura é muito importante para

a populaç3o migrante. Para 2015 a instituiç3o pretende desenvolver um trabalho voltado para a promoç3o dos direitos das crianç3as imigrantes e neste sentido conta-se com um projeto credenciado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É necess3ria uma pol3tica inclusiva e de promoç3o de integraç3o social e cultural

Para o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC, a import3ncia da diversidade cultural como um princ3pio educacional, principalmente quando falamos de uma cidade cosmopolita como S3o Paulo, s3o fundamentais as aç3es e pol3ticas inclusivas de promoç3o e proteç3o dos direitos das crianç3as, adolescentes migrantes, descendentes de migrantes e suas fam3lias, como tamb3m é necess3rio valorizar e incentivar as pr3prias iniciativas das comunidades migrantes que desejosos da constituiç3o e consolidaç3o de suas vidas no Brasil, constroem tradiç3es e costumes pr3prios, buscando integrar-se a aspectos da sociedade brasileira. S3o, por exemplo, tradicionais encontros das comunidades imigrantes latino-americanas em locais espec3ficos,

como a Rua Coimbra, o Parque Ecol3gico Tiet3, a Praça Kantuta e o Largo do Ros3rio, que re3nem entre 13 e 15 mil imigrantes nos fins de semana. No caso da Feira da Rua Coimbra, ap3s de longos 15 anos do processo parado sobre o pedido de regularizaç3o, a prefeitura municipal de S3o Paulo, na gest3o do atual Prefeito Fernando Haddad, teve assumido o compromisso de regularizar e revitalizar a Rua Coimbra, aç3o que visa formalizar os feirantes da Associaç3o dos Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, valorizar e incentivar



o com3rcio e os costumes culturais dos imigrantes da regi3o, como um dos principais pontos atrativos da cidade multicultural de S3o Paulo. Esta aç3o é muito importante para a implementaç3o de um modelo promissor de integraç3o social na cidade de S3o Paulo.

Centro de Derechos Humanos y Ciudadanía del Inmigrante

>> NUEVOS HOR3RIOS DE ATENCI3N AL P3BLICO

INFORMAMOS QUE LA ATENCI3N DIRECTA AL P3BLICO IMIGRANTE PARA REGULARIZACI3N MIGRATORIA Y ORIENTACIONES GENERALES, SE REALIZA LOS DIAS:

>> MARTES, MI3RCOLES Y JUEVES

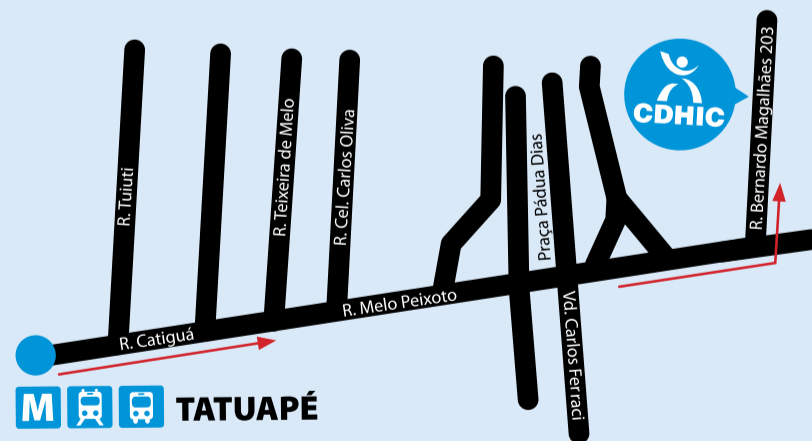
>> DE 09:30 A 16:00 HORAS.

(Los d3as Lunes y Viernes son reservados para trabajos internos y reuniones institucionales)

POR FAVOR, DIVULGUE ESTA INFORMACI3N!

>> **ACTIVIDADES:** ORIENTACIONES JUR3DICAS Y SOCIALES, REGULARIZACI3N MIGRATORIA, CURSOS DE PORTUGU3S Y FORMACI3N POL3TICA.

Estamos ubicados en la **Rua Bernardo Magalh3es, 203, Tatuap3**, cerca al Metro Tatuape Salida al lado de Shopping Boulevard.



Telefonos: (11) 2384-2274 ou (11) 2384-2275 Site: www.cdhic.org.br

E-mail: assessoria.cdhic@gmail.com

Facebook: [cdhic imigrante](https://www.facebook.com/cdhicimigrante)

CONEXI3N MIGRANTE

La voz del pueblo en movimiento

Julh-Agst 2014 - a3o 5, n3mero 21
Tiraje: 10 mil ejemplares

Coordinaci3n General: Tania Rocio Bernuy Illes

Coordinaci3n de Edici3n: L3cia Sestokas

e Augusto Guimar3es

Periodista Responsable: Jaime Amparo Alves

Distribuci3n y Circulaci3n: CDHIC

Dise3o: Guilherme Resende

Fotograf3a: Arquivos CDHIC

Colaboraron en esta Edici3n: Paulo Illes, Cleyton Borges, Tania Bernuy, Rodrigo Belfim, Josefina Ciconetti, Camila Felice, Paula Andrea Rodriguez Alvarado

Consejo Editorial:

Paulo Illes - Coordinador de Pol3ticas

para Migrantes SMDHC/PMSP

Alexandre Bento - Assessor de Relaç3es Internacionais

da CUT- Central 3nica dos Trabalhadores.

Daniel Colque Andrade - Comunidad Boliviana.

Denise Cogo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Departamento de Antropolog3a).

Luiz Bassegio - Presidente del Centro de Derechos Humanos y Ciudadan3a del Inmigrante y Secretario Ejecutivo del Grito de los Excluidos Continental.

Oriana Jara - ONG Presencia de Am3rica Latina.

Paulo S3rgio de Almeida - Presidente del Consejo Nacional de Migraci3n.

Gustavo Garcia - UGT

Miguel Angel Mautino Figueroa - Asociaci3n Latino Americana de Arte y Cultura Andina.

Impresi3n: Gr3fica Mar Mar

Para anunciar: conexionmigrante@gmail.com

Los art3culos firmados son de responsabilidad de sus autores. Al reproducir, favor solicitar autorizaci3n y mencionar la fuente.

Internacional

16° Cumbre Social del Mercosul: “Articulando luchas, cultivando resistencias”

Caracas, 26 a 29 de julio de 2014

En la Décima Sexta Cumbre Social del Mercosur, los voceros y voceras de los diversos movimientos sociales, activistas y organizaciones sociales participantes voceras y voceros de organizaciones y movimientos sociales de los Países Miembros y Asociados, declararon entre los puntos principales del documento a ser entregado a los jefes y jefas de estado: la denuncia al rediseño de la geopolítica mundial trazado por el imperialismo y las corporaciones transnacionales para mantener la hegemonía del capitalismo, que se ha traducido en hechos concretos contra nuestros pueblos y nuestros gobiernos, como la ofensiva guarimbera desatada contra el Gobierno legítimo del Presidente Nicolás Maduro, la insurrección policial contra el Presidente Rafael Correa, el intento de reacción separatista desatado contra el Gobierno de Evo Morales,

la desestabilización articulada por la oligarquía terrateniente y las corporaciones mediáticas contra la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, haciéndose efectiva esta arremetida en el Golpe de Estado perpetrado contra el Pueblo Paraguayo y la salida del Presidente Fernando Lugo en el año 2012.

Resaltaron su total rechazo a la política criminal de carácter genocida y las acciones guerrilleras del gobierno de Israel contra el pueblo Palestino, asesinando alevosamente a la población civil incluyendo, mujeres, niñas y niños. En este sentido, exigimos al estado sionista de Israel la suspensión de los bombardeos, la ocupación y bloqueo del territorio palestino. Además, hacemos un llamado a los gobiernos del Mercosur a adoptar la medida de suspensión inmediata del Tratado de Libre Comercio con el Estado de Israel.

El apoyo al pueblo argentino sobre la extorsión de los Fondos Buitres utilizados como medio amenaza a la soberanía del estado argentino y por ende a los estados del Mercosur usando la deuda externa como medio de subordinación de las naciones suramericanas; el apoyo al pueblo brasileño frente a un plebiscito popular para la reforma política y al decreto presidencial que institucionaliza el sistema nacional de participación social; el apoyo al proceso de paz en Colombia; el deber de la Texaco-Chevron en indemnizar al estado ecuatoriano por los daños ecológicos; el apoyo a las instituciones sociales del MERCOSUR, como el Instituto Social del Mercosur, el Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos y al Unidad de Apoyo



a la Participación Social del Mercosur; la promoción de políticas públicas sobre equidad e igualdad de género; el deber de los Estados del MERCOSUR de responsabilizar y controlar las empresas que tienen intereses sobre territorios con recursos naturales estratégicos y general la inestabilidad productiva para los habitantes y pueblos originarios generando la migración forzada; el fomento de políticas públicas orientadas a usar software libre y tecnologías abiertas para construir una plataforma e infraestructura con soberanía e independencia

tecnológica que evite el espionaje e intrusión de los sistemas informáticos; la promoción del desarrollo de una economía solidaria, social y sostenible, basada en el justo intercambio, la lucha contra el cambio climático, el rescate de la siembra y cosecha de agua, creación de pisos térmicos, la semilla autóctona, “no a las semillas transgénicas”; el fortalecimiento del uso de las monedas locales; el impulso de convenios solidarios con pagos oportunos y programas de producción de viviendas desde los movimientos sociales.



Documento final propuestas Mercosur sobre el tema: MIGRACION

- 1.- Exigir que se cumpla y que se implemente de forma eficaz el acuerdo de libre tránsito y residencia basado en los principios de derechos humanos en los cuales fue fundamentado.
- 2.- Derecho a un trabajo digno, jubilación, derecho político: votar y ser votado, educación, salud, vivienda.
- 3.- Articular entre sociedad civil y estado diálogos permanentes para una mejor implementación de la estructura pública para el acceso a los servicios sociales para los migrantes.
- 4.- Realizar campañas de combate al pre-concepto, xenofobia y racismo a nivel de MERCOSUR con un compromiso del estado que permita llegar a los medios de comunicación.

Banco do Sul: promete segundo os Governos do MERCOSUL, ativação econômica integracionista no Bloco Sul-americano.

Em paralelo a Cumbre Social a cidade de Caracas, também foi palco da 46ª reunião da Cúpula do MERCOSUL de Chefes e Chefes dos seis Estados-Membros do Bloco, sendo eles a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai, a Venezuela e a Bolívia, este último em processo de adesão como membro pleno em trâmite.

O enfoque Cúpula foi em torno do processo de efetivação do Banco do Sul, cujo objetivo principal seria contribuir para a consolidação de uma economia regional produtiva e mais equitativa, como complemento ao acordo de livre comércio do MERCOSUL. Foi ressaltado que o Banco Sul atuará

no sentido de colaborar com as necessidades de investimento dos países, visando o maior desenvolvimento econômico e social da região. A integração regional age no sentido de consolidar a atuação da América do sul como ator relevante e protagonista dentro do contexto internacional. O enfoque central do Banco do Sul consiste no financiamento e concessão de crédito aos países latinoamericanos para obras relacionadas a projetos sociais e de infraestrutura. Países líderes do Mercosul defenderam ainda a aproximação entre o Banco do Sul e o Novo Banco do Desenvolvimento, criado em julho de 2014 na 6ª Cúpula dos BRICS, em Forta-

leza. É do entendimento dos governantes do bloco mercosulino que tanto o Banco do Sul como o Novo Banco de Desenvolvimento ajudaram a região sair da zona de hegemonia econômica do FMI e do Banco Mundial, instituições ligadas aos interesses norte-americanos e fieis aos preceitos neoliberais, e potencializaram a economia regional de modo a se tornar um polo global. Para os movimentos sociais a expectativa do impulso econômico com tendência a ativação do desenvolvimento e fomento ao trabalho é necessário prever a garantia dos direitos laborais das pessoas e as medidas a serem implementadas para.

MERCOSUL em alerta sobre crise humanitária na fronteira entre Mexico e EUA.

Um dos frutos do último encontro da Cúpula dos Governantes do MERCOSUL foi o comunicado especial, pelos chefes de Estado dos países integrantes, sobre sua preocupação com a crise humanitária originada nas migrações de crianças e adolescentes não acompanhados na fronteira sul dos Estados Unidos com o México. Trata-se de um firme e claro posicionamento dos governos regionais perante um dos conflitos de direitos humanos mais graves do continente. (<http://www.ipdh.mercosur.int/Novedad/Details/160175>).

A patrulha fronteiriça norte americana deteve, nos primeiros cinco meses de 2014, um numero recorde alarmante de 47.017 menores desacompanhados. A estimativa é que até o fim do ano este numero dobre.

Provenientes principalmente de países da América Central, crianças e adolescentes desacompanhados migram para os Estados Unidos em busca de condições mais dignas de vida. Entretanto o caminho traçado na maioria dos casos são rotas clandestinas onde se vem expostos a diversas situações vulnerabilidade de seus direitos fundamentais, tais como violência física, exploração sexual e laboral.

Organizações de direitos humanos que trabalham sobre a proteção de pessoas migrantes denunciaram diversas situações em que os menores sofrem com a falta de agua, comida e roupa de cama, sem contar com a superlotação e condições insalubres desses “alojamentos” abrigos improvisados ou até mesmo bases militares) em que são mantidos detidos em cárceres e centros de detenção migratória, a falta de cobertores, colchões, roupa de cama limpa, além de mais de cem denuncias de abuso físico, verbal e sexual por par-

te de agentes contra as crianças detidas.

Segundo estudo publicado pelo Alto Comissionado das Nações Unidas - ACNUR, algumas das múltiplas causas que estariam provocando este deslocamento massivo de crianças seriam: as condições extremas de pobreza nos países de origem, a falta de oportunidades laborais, a reunião familiar, a violência por parte do crime organizado, tais como o narcotráfico e gangues, a violência nos lares, e o recrutamento forçado por parte de redes de tráfico de pessoas e redes de trabalho infantil que operam nas rotas e nos locais de destino. Para o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC, são muito similares ou se não são iguais os motivos pelos quais as crianças e adolescentes migrantes que se deslocam dentro dos países do cone sul do continente aos países mais emergentes como Brasil principalmente, Argentina e Chile.

“Uma lei migratória justa e protetora dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes migrantes é necessária.”

A falta de uma lei migratória eficiente que possibilite e garanta o respeito e proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes migrantes é devastador para o horizonte das crianças e adolescentes que vem para o Brasil com o anelo de radicar junto a sua família pois expostas a uma “lei ambígua” de residência e livre trânsito como a do Mercosul, quando se trata de crianças oriundas dos países mercosulinos e quando não o quadro se agrava, para conseguir a sua documentação de estada no país, expondo-os a uma exclusão entre a sociedade e ao difícil acesso a seus direitos fundamentais como acesso a escola e saúde. A Secretaria Nacional de Justiça do Brasil, formula hoje um



anteprojeto de lei migratório que registra o país no tema; as organizações da sociedade civil os movimentos sociais, a comunidade migrante principalmente e a sociedade brasileira toda, aguarda ansiosamente a implementação imediata de dita lei. “O governo brasileiro tem a oportunidade de ensinar ao governo imperialista e abusivo de Estados Unidos a respeitar os direitos humanos fundamentais das pessoas e famílias migrantes, e principalmente da porção mais vulnerável como as crianças, adolescentes e idosos migrantes, com a implementação de uma lei migratória, que garanta o respeito e pleno exercício de cidadania dos imigrantes no Brasil”, reflexiona a coordenadora executiva do CDHIC Tania Bernuy.

No panorama regional em 2011, por meio do bloco MERCOSUL, Argentina, Brasil, Uruguay e Paraguay, redigiram a Opinião Consultiva de nº21 à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nessa declaração, sustentaram que as políticas migratórias que afetam os menores migrantes devem-se pautar em seus direitos fundamentais.

As principais proposições consistem na não criminalização da migração irregular, na proibição da detenção de crianças por motivos migratórios e na não deportação automática de menores desacompanhados sem documentos. É ainda apontado como necessária a avaliação caso a caso das situações. Mostra-se essencial identificar os motivos da migração do menor desacompanhado para compreender as melhores medidas a serem tomadas de forma a evitar uma maior vulnerabilização dessas crianças e adolescentes. Somando-se ao processo de formulação da Opinião Consultiva, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC, emitiu um parecer, frente a Corte Interamericana de Direitos Humanos, à respeito da condição de vulnerabilidade e violação de direitos enfrentada pelas crianças que migram para o Brasil. A instituição acompanha à tematica e a gestão frente a mesma, de modo atuante.

Informações: Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos MERCOSUL.

História do FSMM e informe VI Fórum Social Mundial das Migrações será realizado na África do Sul.

O Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM), é considerado o principal espaço de encontro, debate e articulação de movimentos de migrantes no mundo. O FSMM nasceu como um foro temático do Fórum Social Mundial; assim, foi realizado por primeira vez no Brasil (Porto Alegre, 2005), passando depois para Espanha, Equador e Filipinas, países que sediaram o encontro nas suas cinco edições consecutivas. Em 2014, por primeira vez o FSMM será realizado no con-

tinente africano, pois a cidade de Johannesburgo, na África do Sul, será a anfitriã da sexta edição do encontro, sob o lema “ Migração no coração da Humanidade: defendendo os direitos humanos e repensando a mobilidade, o desenvolvimento e a globalização”, entre os dias 5 e 8 de dezembro.

A realização do VI FSMM no continente africano é um marco muito importante do processo iniciado em 2005, pois a África é um continente que, na atualidade, sofre as profundas

consequências da migração compulsória de sua população, agravada pelas inequidades sociais ainda vigentes em muitos de seus países. Essa migração, principalmente voltada para Europa e Estados Unidos, também atinge o Brasil, onde crescente número de imigrantes africanos se estabelece hoje em dia, sem que os seus direitos humanos fundamentais estejam garantidos pelo poder público.

Por outra parte, a realização do VI FSMM na África é um marco para

nos aproximar da imensa riqueza cultural do continente, dos seus povos e de seus movimentos sociais, cujas lutas são muito próximas das nossas e que abarcam, no tocante à migração, temas como combate ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, direitos humanos e mobilidade humana, cidadania universal e direitos políticos, entre outros.

Acesse o site do VI FSMM: <http://wsfm2014.org/participation-2/registration>

Internacional

Fórum Inaugural de Participação Cidadã da UNASUL

“Uma instância fundamental no processo de integração regional e de construção democrática de uma cidadania plena”

O Primeiro Fórum para a Participação Cidadã no processo de consolidação da integração da UNASUL aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de agosto do presente em Cochabamba, Bolívia e contou com a presença de cerca de 200 delegados de dez países partes da UNASUL.

O Presidente Evo Morales abriu a primeira sessão manifestando a sua preocupação instando aos movimentos sociais dos países que integram o Fórum, perante o genocídio cometido contra o povo palestino, pelas mãos do governo de Israel e com o aval econômico do governo imperialista dos Estados Unidos de América, o Presidente condenou as agressões cometidas por estes governos e manifestou ainda que: “es una ironía que el Premio Nobel de la Paz, Barack Obama, es el que más guerras ha promovido en el mundo, no solo perdió el rumbo de su gobierno y ha perdido la oportunidad de que un presidente Negro enseñe a gobernar a



sus “élites blancos, racistas y genocidas”.

Também enfatizou a necessidade de ocupação do espaço do Fórum pelos movimentos sociais, que têm papel decisivo na integração regional e no combate a esforços internacionais de dominação.

Entre os temas mais ressaltantes que as organizações e movimentos sociais abordaram foram a necessidade de um modelo horizontal de organização e funcionamento para o Fórum, assim como foi sugerida a tomada de decisão por consenso pelo Plenário, também a democracia participativa além da potencialização da integração econômica a través do “Banco do Sul”. Também foi prevista como forma apontada de constituir a integração regional é por meio da cons-

tituição de uma cidadania sul-americana, que seja compatível com o reconhecimento da diversidade, da pluralidade da sociedade civil regional como sujeitos político-autônomos e independentes, e que devem ter espaço garantido nos âmbitos de participação políticos regionais. Nesse sentido *houve o consenso também da criação do Estatuto da Mobilidade Humana, uma normativa baseada no respeito aos Direitos Humanos das pessoas migrantes objetivando o exercício de uma cidadania sul-americana plena.*

Também se abordou a necessidade de estabelecer mecanismos eficazes que levem as propostas geradas pelo Fórum aos governos nacionais, de forma a fomentar políticas públicas e promover as ações do Fórum.

O Fórum inaugural contou com três mesas de discussões sobre temas de trabalho determinados, sendo eles: 1ª:

Aprofundamento do processo de integração sul-americana pela participação cidadã, 2ª: Lineamentos e Estrutura Organizacional do Fórum e 3ª: Plano de Trabalho/Agendas prioritárias do Fórum.

Também foi apresentada a recomendação da criação de Conselhos Sul-americanos em diferentes temas que trabalhe para facilitar o diálogo entre as instâncias da UNASUL e a sociedade civil.

A delegação brasileira contou com a participação dos representantes das organizações sindicais: CUT, a CTB e das organizações sociais: CENTRAC; e CDHIC, CAMI, ABONG e o Chefe de Assessoria Internacional da Presidência da República do Brasil.

Em pronunciamento oficial, as organizações brasileiras consideraram a UNASUL como instância fundamental no processo de integração regional e de construção democrática de uma cidadania plena. Nesse sentido, o Fórum é considerado um espaço a ser ocupado. O pronunciamento faz ainda menção à necessidade de um acesso democrático às informações no que concerne o funcionamento do Fórum e das reuniões, de forma a permitir um diálogo real e uma tomada de decisões consciente, possibilitando ainda articulações prévias para uma participação popular mais ampla. É necessário, para tal, que o esforço seja para unir forças, ao invés de medir forças entre as organizações e comissões.



Delegação Brasileira da Sociedade Civil do I Fórum, o Ministro da Presidência da República Gilberto Carvalho e o Chefe da Assessoria Internacional Fabricio Prado.

Especial

Ministro da Justiça recebe proposta de Nova Lei de Migração



A Nova versão do anteprojeto elaborado por um grupo de especialistas rompe radicalmente com o paradigma vigente na legislação atual, começando pela eliminação do nome “Estatuto do Estrangeiro”. Não apenas no título, ao longo do texto do Anteprojeto a palavra ‘estrangeiro’ foi substituída por ‘migrante’. Em vez de limitar ou restringir, a essência da lei é a da migração como um direito humano, e não como um crime (as pessoas se movem atrás de melhores condições de vida), e de que as migrações existem independen-

tes da ação do Estado, cabendo a este dar condições aos migrantes para que se regularizem. Dentre outras contribuições, o anteprojeto propõe a criação de uma autoridade migratória civil para desburocratizar a regulação migratória no país e uma legislação migratória em conformidade com os Direitos Humanos, garantindo, assim, um tratamento à altura dos desafios atuais que, inclusive, não competem apenas ao Brasil, visto que os fluxos migratórios no sentido Sul/Sul já se equiparam aqueles de caráter Norte/Sul. (Fonte Migramundo)

O atendimento aos imigrantes no CRAS Casa Verde

Para muitos imigrantes não é fácil aceder aos diferentes serviços da rede pública, dificuldades para comunicar-se e falta de informação, além de falta de preparação e conhecimento de alguns profissionais e entidades, geram que eles não consigam ter atendimento em várias das entidades da rede. Porém, existem casos como o do CRAS Casa Verde localizado na Avenida Engenheiro Caetano Álvares no Bairro Casa Verde em São Paulo, o qual está atualmente desenvolvendo trabalhos importantes em relação ao atendimento com imigrantes, principalmente bolivianos que são os que mais procuram os serviços deste CRAS.

Camila Felice, Coordenadora do CRAS Casa Verde, explicou um pouco sobre o trabalho feito dentro desta entidade: “Os imigrantes vão ao CRAS Casa Verde encaminhados pelas escolas de seus filhos, creches, postos de saúde e/ou hospitais. Porém, a maioria deles vão ao CRAS por conta própria. Buscam atendimento social, programas de transferência de renda e orientações sobre a rede de atendimento, seja saúde, educação, previdência.

Quando chegam a nossos atendimentos, a timidez e o medo é visível em seus semblantes. Procuramos acolhê-los, orientá-los e mostrá-los das possibilidades que temos hoje na política de assistência social. Por sentirem que esse respaldo é válido (respaldo esse que ultrapassa as questões linguísticas, culturais) procuram o CRAS, muitas vezes, para medirmos situações conflitivas



de não acesso aos direitos. Em nosso território, percebemos que ao longo desse trabalho, atraímos os imigrantes, em sua maioria, bolivianos e somos referência profissional para a rede e para os próprios usuários (em atendimento a uma família boliviana, a mesma conta que a ligação telefônica é cara para dialogar com frequência com outros parentes que lá ficaram então vem ao CRAS para dividir as dificuldades). Nessa fala percebemos a importância e repercussão que o trabalho social têm persuadido entre eles, por isso, hoje, temos cerca de 15% dos atendimentos diários no CRAS para imigrantes (equivalente à 15-20 pessoas de outras nacionalidades diariamente).”

O CRAS têm buscado parce-

rias com as Organizações Não Governamentais que atuam com esse público para fortalecer os atendimentos e encaminhamentos, bem como orientar devidamente no que compete às documentações e estada, agregando a dimensão de cidadania. Além, Camila afirma, “estamos planejando junto das parcerias que temos, um dia de evento que possibilite ao imigrante conhecer a rede de atendimento e profissionais que possam buscar, quando identificada uma necessidade”. “O objetivo é trazer o imigrante aos serviços públicos, independente da sua condição de documentação, entendendo que esse será um processo a ser construído, com o auxílio de rede e seu protagonismo nesse es-

paço”. E trazendo justamente o tal protagonismo, identificamos como algo positivo, um dos objetivos dessa Política que é trabalhar os usuários para que sua autonomia seja buscada; os imigrantes, em sua maioria compreendem seu grau de necessidade de forma diferente dos “nativos”, são sujeitos de suas ações, discutem politicamente o que são direitos individuais e coletivos propiciando a nós profissionais, a execução do PAIF* (Programa de Atendimento Integral à Família) de forma concisa.

Nos estudos preliminares realizados, essa dimensão de acesso dos imigrantes aos serviços de assistência social não é unânime em toda a cidade de São Paulo. O discurso desta, inclusive do que trata a Política Nacional de Assistência Social e Código de ética dos Assistentes Sociais (são esses profissionais, em maior número, que executam o trabalho social nos CRAS, junto de psicólogos, pedagogos e outras formações). A ideia é articular com a rede de serviços hoje na Assistência Social possíveis direcionamentos para que todos tenham acesso e informação do que é esse direito.

Essa é a luta da equipe do CRAS.

*PAIF é o trabalho social executado por trabalhadores sociais dos CRAS, visando à emancipação e autonomia. Para isso dispõem-se recursos, como programas de transferência de renda, benefícios eventuais e a rede de proteção sócio assistencial, e a família consiga superar a condição de vulnerabilidade apresentada.

CRAI inaugura serviços de acolhida para imigrantes

O 29 de agosto se inaugurou parcialmente o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI), cuja primeira unidade funciona na Rua Japurá, Nº 234, Bela Vista, região central da capital. Os serviços de acolhida foram abertos para substituir o abrigo emergencial criado em maio passado na região do Glicério, em meio à chegada de imigrantes do Acre por conta do fechamento do abrigo na cidade de Brasileia.

O novo centro é subordinado à Coordenação de Políticas para Imigrantes (CPMig) da Prefeitura de São Paulo, em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento



Social (SMADS). Em breve, serão inaugurados os demais serviços de orientação e assistência a imigrantes no local.

A parte de acolhida do CRAI tem capacidade inicial de 110 vagas noturnas e 80 diurnas (com perspectiva de expansão) e seu público são os migrantes em trânsito ou residentes na capital paulista, independente da nacionalidade ou situação migratória – pessoas recém-chegadas na cidade terão preferência nas vagas noturnas.

A inspiração para o CRAI são os Centros Nacionais de Acolhida a Imigrantes (CNAI), existentes em Lisboa (Portugal), além da experiência colhida a partir do abrigo emergencial que foi aberto no Glicério. É esperada ain-

da a criação de um outro centro de acolhida a imigrantes, este sob responsabilidade do governo estadual, que deve atuar de forma complementar ao CRAI.

Serviços e objetivos do CRAI

Além das vagas de acolhida oferecidas, o CRAI oferecerá serviços de orientação jurídica, psicológica e assistencial aos migrantes, formação e capacitação, intermediação para vagas de trabalho, além de encaminhamento e acompanhamento de denúncias de violações aos direitos humanos contra migrantes. Tais serviços devem ser oferecidos por meio de articulações futuras junto às pastas municipais de Trabalho, Saúde, Educação, Cultura e outras.

Envio e recebimento de dinheiro em mais de 200 países

Somos uma empresa que trabalha para você enviar o seu dinheiro a quem desejar.

✓ Fácil ⌚ Rápido 🔒 Seguro



☎ 0800 7179 700

Small World Money Transfer | LCC | Universal de Envíos | UNO | Swiss Transfer | Choice | Express Funds | Global Link |

Enviamos seu dinheiro à toda América Latina, Estados Unidos, Europa, África e mais de 200 países com total segurança e rapidez.

Europa



América



África



Para outros países consulte nosso site.

Visite uma de nossas lojas

Rua Coimbra, 168 – Brás
(11) 2692-9454

Av. Roland Garros, 1.218 – Jardim Brasil
(11) 2949-4902

Centro Boliviano
Rua Dr. Costa Valente, 306 – Brás
(11) 2692-1040



☎ 0800 7179 700
www.smallworldsf.com

f Small World Financial Services Group

atendimento@smallworldsf.com

Sisbacen 30961 | Ouvidoria 0800 773 6026 ramal 4755 | ouvidoria@msbbank.com.br



CENTRO BOLIVIANO
Aqui se ahorra
Tiempo y Dinero!



☎ 0800 7785599

Rua Dr. Costa Valente, 306 – Brás - São Paulo - SP

COSMOPOLIS: “Um portal inovador, informativo e interativo”

O Portal Cosmópolis foi lançado no último dia 13 em evento sediado na Biblioteca Mario de Andrade, em São Paulo. O Portal é fruto de uma parceria entre o Instituto de Relações Internacionais da USP e a Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo que visa criar uma base de dados sobre o tema de migrações internacionais.

O Portal está disponível no endereço usp.br/cosmopolis e disponibiliza materiais agregando não só mídias diversas, como textos, imagens e vídeos, mas também fontes diversas, abarcando desde artigos acadêmicos até matérias de jornais. A utilização da ferramenta é interativa, permitindo e se baseando na participação do público, que pode alimentar o banco de dados com arquivos. Ainda, visando uma real acessibilidade a diversas nacionalidades, o site é plurilíngue, estando disponível para consulta em português, espanhol, francês e inglês.

Inicialmente, o projeto se concentrará na

análise do atendimento às pessoas imigrantes pelo serviço público da Prefeitura de São Paulo, coletando dados de forma a contribuir com a elaboração de políticas públicas específicas. No mais, o agrupamento de materiais sobre migração no Brasil e o fato de tornar este material público permitirá a construção de um “atlas” eletrônico sobre migração.

A mesa de apresentação do lançamento contou com a participação do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania Rogério Sottili, do coordenador de Políticas para Migrantes da SMDHC Paulo Illes, do pró-reitor adjunto de Extensão Universitária Moacyr Novaes, da professora e pesquisadora do Instituto de Relações Internacionais da USP Deisy Ventura, do representante do coletivo Educar Para o Mundo Caio Mader, da representante do Consulado da Bolívia Ruth Pacífico, e do representante da Friedrich Ebert Stiftung Gonzalo Berrón.

Berrón ressaltou que a aprovação de um projeto como este representa uma grande

mudança de paradigma no que concerne o tratamento com imigrantes no Brasil. Paulo Illes colocou ainda que a ferramenta faz parte da construção de um aparato de suporte para a comunidade imigrante, tornando acessível o serviço público e informações básicas. Sottili reforçou que a construção de políticas públicas que pensem as pessoas imigrantes como cidadãos plenos faz parte da política desenvolvida pela gestão Haddad.

O projeto tem suas bases no princípio da Extensão Universitária, que visa basicamente construir uma ponte entre a Universidade e a sociedade, entendendo que o conhecimento acadêmico deve ter função social. Nesse sentido, como apresentou Caio Mader, a Extensão Universitária trabalha fora do âmbito assistencialista ao entender os saberes acadêmicos e populares como igualmente relevantes na construção convergente de um saber plural, para além de saberes preconceituosos que serviriam somente para mascarar opressões.

Deisy Ventura, coordenadora do projeto

juntamente com Rossana Reis e Feliciano Sá, fez questão de reforçar o caráter plural do projeto, que visa horizontalizar os conteúdos e com isso dar oportunidade de acesso e divulgação a saberes com menor visibilidade nos meios de comunicação.

A importância da valorização da realidade das pessoas imigrantes e de sua cultura foi tema pontuado por Ruth Pacífico. A abertura desses conhecimentos para além das pessoas imigrantes, disse ela, contribui para uma verdadeira integração, saindo dos paradigmas usuais sobre as pessoas imigrantes e as vendo como seres humanos. Novaes apontou ainda que o Brasil, construído por cidadãos de múltiplas nacionalidades e culturas, deve às pessoas imigrantes não só o acolhimento, mas o reconhecimento como cidadãos dotados de direitos.

Nesse sentido, como reforçou Rogério Sottili, o Portal representa não só um simples instrumento de acesso, mas uma conquista pela cidadania e pelos direitos humanos das pessoas imigrantes.

Na USP, imigrantes debatem e apresentam suas demandas no Seminário de Livre Trânsito e Residência do Mercosul

A Faculdade de Direito da USP sediou no dia 25 de Julho o **Seminário sobre o Acordo de Livre Trânsito e Residência do Mercosul e sua Efetividade: Pelo direito à livre circulação das pessoas migrantes e suas famílias**, organizado pelo Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante/CDHIC com o apoio da Coordenação de Políticas para Migrantes - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Consulado do Equador e o Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP.

A Coordenadora Executiva do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, Tania Bernuy, abriu o evento enfatizando a importância da efetividade do cumprimento do Acordo de Livre trânsito e residência Mercosul, dada a expressiva circulação entre os países sul-americanos e seu crescimento exponencial dos últimos anos, contextualizado o tema convidou a conformar a mesa o Cônsul do Equador Luiz Wladimir Vargas Anda, o Cônsul da Bolívia Jaime Predro Valdivia Almanza, a Cônsul do Uruguai Elianne Elbaum, o Cônsul da Colômbia Ramiro Antonio Navia Diaz, o evento também contou com a presença do Cônsul Adjunto do Peru. Também se fizeram presente diversos membros da comunidade imigrante, entidades de direitos humanos os conselheiros participativos das sub prefeituras de São Paulo, que atuam em defesa dos direitos dos imigrantes, servidores públicos, estudantes e especialistas.

A mesa principal foi mediada por Ricardo Jacques, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e contou com as exposições de Cleyton Wenceslau Borges, assessor jurídico do CDHIC e Paulo Illes, Coordenador de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo. O diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, João Guilherme Granja Xavier, que havia confirmado presença, cancelou sua ida ao evento um dia antes.

Cleyton Borges apresentou os pontos centrais do Acordo do MERCOSUL, enfatizando temas como: previsão de igualdade de direitos, direito a exercer qualquer atividade (por conta própria ou por conta de terceiros), direito a ingressar, permanecer, direito

à reunificação familiar, direito a transferir remessas, direitos dos filhos dos migrantes, entre outros, e também os requisitos para regularização migratória, além de criticar o excesso de taxas e longos prazos para efetivação do documento permanente.

Casos Emblemáticos:

Na sua exposição, o advogado citou problemas que os imigrantes narram no momento da assessoria: dificuldade com os comprovantes de trabalho e renda; taxas altas, burocracia e prazos. Expôs também alguns casos emblemáticos acompanhados pela equipe do CDHIC, como por exemplo de adolescentes e crianças imigrantes cujas famílias encontram dificuldades junto à Polícia Federal quando se encontram desacompanhados de um dos genitores. Tem sido exigida uma sentença judicial de guarda ou uma autorização específica para este fim (Procuração/Carta Poder) assinada pelo pai ou mãe ausente, em um cartório do país de origem. Tudo isso por se supor que pode estar acontecendo uma situação de tráfico de pessoas. Além das dificuldades operacionais, são muitos os fatores que impedem atualmente o contato da mãe com o pai, seja por desconhecimento de seu paradeiro, distância, ou por ter perdido o contato com o genitor.

O CDHIC recomenda a dispensa de um dos genitores; este assunto está em análise pela OEA – Organizações dos Estados Americanos. Porém, o Ministério da Justiça ainda não

se posicionou sobre este caso, o que poderia unificar o entendimento. Para o CDHIC, ao se negar a regularização da criança, a mesma passa a uma condição de maior vulnerabilidade. Foi abordado também restrições para organização coletiva de imigrantes em associações e, referente ao Acordo do Mercosul, tratou também de situações como a exigências de comprovação formal de trabalho, muitas vezes inaplicável aos imigrantes, que poderia ser resolvido com a oficialização de um amplo rol de comprovação de trabalho.

Avanço em Políticas Públicas

A segunda exposição esteve a cargo do Coordenador de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Paulo Illes. Este apresentou políticas inovadoras que vem desenvolvendo no âmbito da Prefeitura de São Paulo e ponderou os avanços na regularização dos imigrantes a partir do Acordo do MERCOSUL, mas também reconheceu que esse grupo ainda tem muitas dificuldades devido a quantidade de documentos e procedimentos solicitados pelo governo brasileiro.

O Coordenador de Políticas para Migrantes da Prefeitura de São Paulo recordou todos os antecedentes históricos e políticos que desencadearam o atual momento vivido no Brasil e na América do Sul, especialmente com o Tratado da Unasul - União das Nações Sul-americanas, que dispõe em seu art.

18: “Será promovida a participação plena da cidadania no processo de integração e união sul-americanas, por meio do diálogo e da interação ampla, democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da UNASUL. Os Estados Membros e os órgãos da UNASUL gerarão mecanismos e espaços inovadores que incentivem a discussão dos diferentes temas, garantindo que as propostas que tenham sido apresentadas pela cidadania recebam adequada consideração e resposta.”

Diversos presentes, entre eles muitos imigrantes apresentaram demandas e casos reais de problemas vivenciados, que foram expostos para reflexão como:

- Por que não padronizar com valores pagos pelos nacionais para emissão de documentos?
- Como atualizar as Legislações nacionais para que estas avancem e se equiparem às garantias já existentes no Acordo do Mercosul?
- Como suprir problemas urgentes, do dia-a-dia, de cunho prático e que podem ser resolvidos antes de uma nova lei, a exemplo de abertura de contas em banco, revalidação de diplomas e títulos, entre outros casos.
- Que papel tem o Acordo do Mercosul e sua influência política com vistas a regularização de imigrantes oriundos de outras regiões e Continentes?
- Como avançar no plano regional, no âmbito da UNASUL - União das Nações Sul-americanas - e construir políticas migratórias e Leis baseados no espírito da livre circulação das pessoas?

Outro ponto ressaltado foram as diferentes interpretações dadas ao Acordo em cada um dos países, de forma a desencadear uma desigualdade no tratamento do imigrante no que tange aos seus direitos como cidadão: Como pode um cidadão brasileiro receber um tratamento digno e uma proteção jurídica quando vive na Argentina, e, contraditoriamente, um cidadão argentino receber um tratamento restritivo e cheio de burocracias quando decide viver no Brasil. Isso indica a necessidade de harmonizar as legislações locais, com base nos princípios de integração, livre trânsito e cidadania universal.

Resposta à demanda da Sociedade Civil:

“Ministério da Justiça publica no Diário Oficial no 11 de agosto Portaria MJ N° 1351 DE 08/08/2014 que desburocratiza trâmites de permanência definitiva de estrangeiros com base nas modalidades de reunião familiar, prole, casamento e união estável, e de transformação em registro permanente previsto no Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul, e institui Grupo de Trabalho sobre processos de estrangeiros.”

(link da Portaria na íntegra: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=273456>)

Com a desburocratização promovida pela nova Portaria n° 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministro da Justiça, o requerente que solicitar o Registro Nacional do Estrangeiro a partir de 1° de setembro receberá seu documento em aproximadamente sessenta dias. (Fonte: <http://www.justica.gov.br/noticias/legislacao-migratoria-simplificada-ja-beneficia-500-estrangeiros>).

Cultura y Acontecimientos

“Lutar contra a pobreza é o melhor que podemos fazer pelos direitos humanos”, defende Rafael Correa em São Paulo

Em Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco em São Paulo no dia 15/07, presidente do Equador Rafael Correa elencou conquistas econômicas e sociais obtidas por seu governo ao desprezar receituário neoliberal: ‘Destroçamos a ortodoxia’. “Temos de ter bem claras as relações de poder quando estudamos desenvolvimento”, anotou, argumentando que as “elites dominantes” são historicamente as maiores responsáveis pela concentração de renda e exclusão social da região. “Por mais que tentem encará-lo como uma questão simplesmente técnica, o desenvolvimento é um problema político. O maior dano já impingido à economia foi terem-na desvinculado de sua natureza original, que é política”, continuou. “Nos fizeram acreditar que tudo se trata de técnica. Mas, ao não levar em consideração as relações de poder dentro da sociedade, converteram os economistas em funcionários das elites.” De acordo com o presidente, “com ideologias disfarçadas de ciência”, as classes dominantes “justificam o injustificável”: as desigualdades.

O Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante colaborou com



organização do evento em parceria com o Consulado do Equador e toda equipe do CDHIC participou da Conferência, que também teve a presença de centenas de imigrantes.

Correa discorreu sobre seus feitos durante uma hora e quarenta minutos, com destaque para a educação. Depois, respondeu a quatro perguntas da plateia. Como de costume, se sentiu bastante à vontade na USP. Doutor em Economia e autor de quatro livros, a academia é seu

habitat. Antes de vencer as eleições pela primeira vez, em 2006, ganhava a vida como professor da Universidade São Francisco de Quito, capital do país. A intimidade com o ambiente universitário faz com que costume oferecer conferências durante suas visitas internacionais. Apenas em 2014, já palestrou na Universidade da Costa Rica, na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e na Universidade de Barcelona, na Espanha, onde foi agraciado com o título de dou-

tor honoris causa.

Correa traçou um paralelo entre a grave recessão atravessada pelo Equador no final dos anos 1990 e a crise por que passam os países europeus desde 2008. “Meu país foi o exemplo de tudo que é ruim”, reconheceu, “graças ao poder político dos banqueiros, em conluio com a burocracia financeira nacional e internacional.” Rafael Correa lembrou que promoveu “com entusiasmo” intervenções na economia de seu país. “A solução da crise passa pela recuperação do controle do capital pelos cidadãos, e dos mercados pelas sociedades.” A aplicação dessa receita, segundo Correa, tem trazido bons resultados – e o presidente citou uma série de indicadores para sustentá-los: aumento no Índice de Desenvolvimento Humano, redução da pobreza, desemprego em torno de 4%, aumento do salário mínimo, redução de impostos com mais arrecadação, quatro novas universidades públicas, modernização da infraestrutura etc.

“O melhor indicador da qualidade de desenvolvendo não é a taxa de crescimento, mas a taxa de redução da pobreza”, anotou, lembrando, porém, que o PIB equatoriano também vem mostrando bons desempenhos.

Esquerdas e o socialismo do século 21

Em sua defesa do modelo que chama de “socialismo do século 21”, Correa afirmou que as novas esquerdas devem usar novos modelos de gestão em relação às experiências do século anterior. “Um dos erros do socialismo clássico foi negar aos mercados o direito de existir. Mas uma

coisa é ter uma sociedade com mercados, e outra é ter uma sociedade de mercado”, disse. Ele ainda exaltou o fato de ter implantado seu modelo de forma “totalmente democrática” e se defendeu, sem fazer referências diretas, de acusações de censura à imprensa crítica ao seu governo.

“No Equador se perseguem delitos, não pessoas”, ressaltou.

O presidente declarou que seu país não entrará na Aliança do Pacífico – bloco de livre comércio formado por Colômbia, Peru, Chile e México –. “Não o faremos porque não é nossa orientação política. Ingressar nessa zona de livre comércio é pouco

menos que suicídio”, declarou. Na América Latina, “a pobreza é fruto da iniquidade, da relação de poder onde poucos dominam quase tudo”, disse. E acrescentou: “lutar contra a pobreza é o melhor que podemos fazer pelos direitos humanos”.

Copa dos Refugiados

Nos dias 2 e 3 de agosto, a cidade de São Paulo sediou mais um evento esportivo de cunho mundial, a 1ª Copa do Mundo de Refugiados. Neste fim de semana os refugiados que vivem na maior cidade brasileira tiveram a oportunidade de esquecer, mesmo que por poucos momentos, os problemas que convivem diariamente e focarem-se em futebol e diversão.

O evento contou com a presença de 16 seleções de diversos países, entre eles Angola, Síria,

Iraque, Mali, República Democrática do Congo entre outros. A taça ficou nas mãos da seleção da Nigéria que venceu a seleção de Mali nos penaltis.

A copa dos refugiados ocorreu no Centro Esportivo Novo Glicerio, na região central da cidade. O centro esportivo conta com um campo de futebol e está localizado perto do abrigo emergencial do Gilcerio, que está alojando vários refugiados e migrantes, até a inauguração do CRAI-SP.



Cultura y Acontecimientos

UNESCO declara o “Caminho Inca” como Patrimônio da Humanidade

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), declarou no último dia 21 de junho, em um evento realizado em Doha, Catar, partes do Caminho Inca (Qhapaq Ñan em quechua) como Patrimônio Mundial da Humanidade.

O Caminho é uma rota que interligava o Império Inca, possibilitando o controle e a comunicação entre as partes desta civilização pré-hispânica. Considerando as fronteiras atuais, a rota estenderia-se ao longo de seis países sul-americanos, entre eles Argentina, Chile, Bolívia, Perú, Equador e Colômbia. Para Luis Lumbreras Flores, arqueólogo do Pro-

jecto Caminho Inca do Ministério de Cultura Peruano “La denominación de Patrimonio Mundial por la Unesco significa para los seis países el reconocimiento de uno de los monumentos más importantes del mundo andino”.

A inclusão pela UNESCO do Caminho Inca à lista de Patrimônio da Humanidade é vista como benéfica por todos os países que integram parte da rota andina em seu território, não só pela preservação e conservação dos trechos e santuários ao longo do caminho, mas também para o fomento da integração cultural e econômica dos países em questão. Esse ponto fica claro na frase



do Secretário de Cultura da cidade de Pasto na Colômbia, Álvaro José Gomezjurado: “La declaración de la Unesco nos traerá grandes beneficios en cuanto a la integración cultural, económica y diplomática con los otros países que comparten el camino y juntos podremos llevar adelante de forma integrada proyectos de desarrollo cultural”.

O trecho mais famoso está localizado no Perú, no qual 43 Km conectam a grande cidade de Cusco à Machu Picchu, cidadela que atrai milhões de turistas anualmente. As rotas do Caminho Inca eram utilizadas para manter a comunicação e o controle sobre o império, e além disso servia para o deslocamento de tropas e comércio.



Commemoración de la independencia de Colombia en São Paulo

El día 9 de agosto en el colegio Miguel de Cervantes, el consulado de Colombia en São Paulo invitó a toda la comunidad colombiana que vive en Brasil a celebrar la Independencia de Colombia con una linda actividad cultural en la cual fueron presentados, bailes típicos del país por parte de la bailarina Luz Dary Penagos, junto con una muestra de música colombiana presentada por el grupo

Los Patuma. La ceremonia, inicio con un mensaje del Presidente de la República de Colombia, señor Juan Manuel Santos, seguido de las palabras del Cónsul de Colombia, señor Ramiro Navia y finalizó con un vino y una muestra de ricas comidas típicas colombianas, con las cuales la comunidad de colombianos asistentes y demás invitados quedaron más que satisfechos.

Eu amo Bolivia - festas patrias

A 8ª edição da festa da comunidade boliviana Eu Amo Bolívia – Fé e Cultura, realizada pela Associação Cultural Folclórica Brasil-Bolívia, teve como eixos temáticos a celebração do dia da padroeira da Bolívia, Virgem de Copacabana e Urkupíña e do 189º ano da independência da Bolívia, completado no último dia 06.

A celebração foi marcada pela presença de cerca de 50 mil pessoas ao Memorial da América Latina nos dias 09 e 10 de agosto, de acordo com informações do blog Migramundo, e contou com diversas apresentações de danças e cantos tradicionais do folclore boliviano, reunindo cerca de quatro mil dançarinos e dançarinas distribuídos por treze grupos folclóricos. Ainda, quem compareceu à festa contou com a feira de artesanato e gastronomia típicos.

O evento contou com o apoio da Subprefeitura da Lapa e das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Ci-

dadania e de Relações Internacionais e Federativas e o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC para sua realização. Dentre outras autoridades, o prefeito Fernando Haddad compareceu ao evento no dia 09 e falou sobre a importância das pessoas imigrantes no contexto sócio-econômico-cultural paulistano. Ele declarou que “São Paulo é a terra da imigração, temos comunidades de todos os continentes do mundo. Nossos vizinhos bolivianos não poderiam ficar em desvantagem em relação a todos que escolheram a cidade para morar”. Ainda, colocou: “Sou filho de imigrantes. São Paulo recebeu o meu pai de braços abertos. Como prefeito eu gostaria de garantir os mesmos direitos ao povo boliviano”, como transcreve o site Planeta América Latina. O prefeito concluiu transmitindo cumprimentos ao presidente Evo Morales e reafirmando que o povo boliviano é sempre bem vindo em São Paulo.



Agenda



9ª Mostra de Cinema Árabe

Cinesesc, CCBB, Memorial da América Latina e CCSP
De 13/8 a 16/9. Os ingressos custam de R\$1,00 a R\$10,00.
Programação: www.icarabe.org

Entre os dias 13 de agosto e 16 de setembro, o Instituto de Cultura Árabe promove a 9ª Mostra de Cinema Árabe no Cinesesc, CCBB, Memorial da América Latina e CCSP. A mostra está dividida em quatro temas para retratar a diversidade cultural do mundo árabe: “Panorama Mundo Árabe”, “Cinema

Palestino”, “Cinema Egípcio Contemporâneo” e “Diálogos Árabes-Latinos”. Além dos filmes, vão ocorrer debates sobre as questões contemporâneas do mundo árabe e do Oriente Médio. Os ingressos custam de R\$1,00 a R\$10,00 e a programação pode ser vista em www.icarabe.org

Música argentina é destaque no Circuito São Paulo de Cultura



O Projeto Conexão Argentina faz parte da programação do Circuito São Paulo de Cultura, com apresentação de representantes da música argentina entre os dias 29 e 31 de agosto. Entre os artistas estão o Tonolec, dupla que mescla cantos do povo guarani Mbya e da etnia Qom, do Chaco, que se apresenta dia 29 às 20h na Galeria Olido e o cantor e compositor Santiago Vázquez, dia 30 às 21h

no Teatro Décio de Almeida Prado. A última apresentação é dia 31, às 18h, da cantora, produtora e MC Paz Ferreyra, com seu projeto Miss Bolívia, que mistura dancehall, hip hop e reggae

Exposição: SER Imigrante: o mesmo e o outro



Museu da Imigração do Estado de São Paulo • Até 21/9
De terça a sábado, das 9h às 17h,
e aos domingos das 10h às 17h.

<http://museudaimigracao.org.br/>
Rua Visconde de Parnaíba, 1316 - Moóca - SP
Informações: (11) 2692-1866

GRITO DE LOS EXCLUÍDOS EN LA PLAZA KANTUTA

GRITO DOS EXCLUÍDOS/AS
GRITAMOS POR UNA NUEVA LEY DE MIGRACIÓN, POR EL DERECHO AL VOTO, A LA SALUD Y EDUCACIÓN CON CALIDAD. CONTRA LA PRECARIZACIÓN, DISCRIMINACIÓN Y XENOFOBIA!

19 de octubre, Domingo - 13h30

Presentación de grupos folklóricos y acto político

Todos los derechos Para todos los/as inmigrantes!

Organizan:

MOVILIZACIÓN CONTINENTAL
2014

Museu da Imigração promove atividades educativas nos fins de semana

O Museu da Imigração preparou uma programação para toda a família!

Cada atividade tem duração de 30 minutos e é seguida de uma visita educativa à exposição.

Faça sua inscrição com o setor educativo e divirta-se.

TODO SÁBADO TEM

10h | Mala de Memórias
Faixa etária: A partir de 9 anos.
Venha ter a experiência de ser um viajante dentro da exposição e leve suas memórias em uma mala.

15h | Cartões-Postais
Faixa etária: A partir de 14 anos.
Faça um cartão-postal e conte sobre sua experiência no museu. Você também pode levar para casa a mensagem de outro visitante.

TODO DOMINGO TEM

11h | Contação de história: “Andança: memórias de uma migrante”
Faixa etária: Todas as idades.
A memória de Antônio, uma mulher migrante, é desvelada a partir dos objetos que ela carrega numa mala de viagem.

15h | Palavras intraduzíveis
Faixa etária: A partir de 16 anos.
Participe do jogo de palavras intraduzíveis e tente adivinhar os significados de cada uma delas.

*Máximo de 30 pessoas por atividade.

AQUI VIVO, AQUI VOTO!

PLEBISCITO POPULAR PELA CONSTITUINTE
CAMPANHA PELO VOTO D@S IMIGRANTES

As comunidades imigrantes de São Paulo participarão do Plebiscito Popular por uma Reforma Política justa e igual para tod@s os cidadãos!
Precisamos de uma reforma política urgente e representativa com igualdade de gênero e inclusiva! Desde os movimentos sociais lutamos por uma política sem influência dos interesses econômicos das grandes empresas e que trabalhe em prol da população.
Os movimentos sociais pel@s migrantes mobilizamos a campanha Aqui Vivo Aqui Voto! E lutamos pela aprovação de uma Emenda Constitucional pelo voto d@s imigrantes no Brasil. Vamos participar tod@s @s imigrantes com nosso voto no Plebiscito! Desta forma, vamos também lutar pelo direito ao voto d@s imigrantes nas eleições brasileiras.
Participe e divulga a campanha pelo direito ao voto do migrante e o Plebiscito pela nova constituinte! Não se esqueça de trazer um documento de identidade com foto para votar.

Quando? Sábado 06 de setembro, das 14hs às 17:30hs

Onde? Rua Coimbra no bairro do Brás

Quando? Domingo 07 de setembro, das 14hs às 17:30hs

Onde? Praça Kantuta no bairro do Canindé

ASSINADO POR MOVIMENTOS SOCIAIS PEL@S IMIGRANTES!